

POR UM ENSINO DA MATEMÁTICA DE QUALIDADE

É impossível uma educação exigente num sistema que não promove a exigência. Tudo o que se sabe sobre ensino mostra que objetivos pouco exigentes conduzem a menor aprendizagem. Apostar-se no mais simples apenas serve para elevar artificialmente o sucesso de quem aprende.

A SPM, enquanto sociedade científica, em Portugal, tem vindo a prestar um papel ativo no apoio, na promoção e na defesa de um ensino de Matemática de qualidade.

Entre as atividades que desenvolve em Educação, algumas há décadas, destacam-se as que vieram a constituir-se como fortes impulsos a uma melhoria, após a sua colaboração com o Ministério da Educação, quer na identificação de problemas no ensino da Matemática quer na concretização de atividades que estimularam a sua resolução. Destacam-se, por exemplo, as auditorias aos exames nacionais, a avaliação e a certificação de manuais escolares, a formação contínua de professores e a tomada de posições – emitindo pareceres rigorosos e fundamentados – sobre as diversas alterações curriculares ao longo dos anos. Estas atividades têm vindo a ser desenvolvidas com grande sentido de compromisso. Todas as direções da SPM, durante as últimas décadas, têm empenhado esforços em prol de um ensino rigoroso, de qualidade, que permita uma igualdade de oportunidades para todos os jovens portugueses.

É neste contexto que a SPM se tem pronunciado publicamente, e fê-lo a 16 de janeiro sobre o novo documento curricular intitulado *Aprendizagens Essenciais para o Ensino Secundário*¹ que foi homologado dias antes, a 13 do mesmo mês².

A SPM procurou, neste seu parecer assim como em pareceres anteriores, enquanto ainda projetos apresenta-

dos a consulta pública, tanto para o Básico como para o Secundário³, alertar as equipas de autores, o Ministério da Educação e o público em geral para a notória e preocupante inversão no ensino da Matemática. Essa estava patente tanto nos documentos apresentados – vagos, desconexos, pouco exigentes, pouco ambiciosos... – como nos discursos ilusórios, nos quais transparecia uma revolução fraturante com os documentos orientadores do ensino anteriores. Repare-se que estes documentos surgem com a ideia geral de se optar, segundo os seus autores, por uma “Matemática para todos”, em que os “formalismos e os níveis de abstração excessivos deverão ser evitados”.

É difícil compreender esta ideia, embora sedutora para os jovens, sabendo o que objetivamente defende e promove para as próximas gerações – que aprendam menos, até mesmo o que podia dar-lhes maior vantagem no futuro.

Estas novas *Aprendizagens Essenciais* homologadas recuam, assim, no que as anteriores metas curriculares contribuíram para o desenvolvimento dos alunos – há-

¹ <https://www.spm.pt/files/images/documentos/pareceres/Homologacao%20AEs%20%20Secundario%20janeiro2023.pdf>

² <https://www.dge.mec.pt/noticias/homologacao-das-novas-aprendizagens-essenciais-de-matematica-para-o-ensinosecundario>

³ <https://www.spm.pt/ensino-gebs-pareceres>

bitos de raciocínio, de abstração, de disciplina mental –, em suma, para o desenvolvimento de capacidades avançadas e estruturantes que distinguem a formação matemática e a habilitam para muitas outras diversificadas áreas. Por outro lado, estas *Aprendizagens Essenciais*, em linha com as intituladas com a mesma designação, que vigoravam desde 2018, ignoram o que a investigação moderna nos tem aconselhado relativamente à forma mais eficaz de organizar o ensino.

Ao se despedaçar o ensino estruturado e bem organizado, com metas curriculares claras e ambiciosas, e ao se apostar no mais simples para elevar artificialmente o sucesso de quem aprende, esquece-se que excluir o mais complexo pode tolher o desenvolvimento de uma boa organização do pensamento e impede grandes satisfações – o gosto – de quem está a aprender. E também se passa a interromper um ensino que protege todos os alunos, independentemente do seu contexto económico-social.

Sem qualquer acompanhamento dos programas que estavam em vigor, como forma a se detetar aperfeiçoamentos necessários, e sem a apresentação de fundamentos credíveis, é preocupante o documento homologado – *Aprendizagens Essenciais* –, pois interrompe o acesso a um currículo que desde os princípios do século XXI tinha vindo a estruturar-se melhor, dando lugar novamente a orientações antigas, do século passado. Mais, é difícil entender que, depois da pandemia, não existisse um momento de reflexão que levasse a investir esforços na recuperação da aprendizagem perdida e que não se tenha ponderado que uma eventual alteração ao programa não era desejável, pois dificultaria a ação dos professores em prol das dificuldades detetadas nos seus alunos.

É, pois, com preocupação que vemos estas decisões alheias ao histórico que devia orgulhar-nos a todos. Sabemos que em 2015, no estudo PISA, Portugal alcançou os melhores resultados de sempre e, pela primeira vez, passou para uma posição acima da média da OCDE em todas as áreas avaliadas. Também, no mesmo ano, o estudo TIMSS colocou os nossos jovens de 4.º ano em patamares raros na Europa. Será, então, inoportuna esta revolução, tanto mais depois de termos tido alertas que mostraram que após as inversões curriculares introduzidas em 2016/17 o retrocesso aconteceu – em 2018, o estudo PISA já revelou um declínio significativo e em 2019, o estudo TIMSS assinalou uma queda brutal nos níveis de conhecimento, para valores anteriores aos de 2012. É difícil entender que o Ministério, enquanto tutela, não tivesse considerado seriamente estes sinais de alarme

como avisos que mostravam que um ensino menos bem estruturado não conduz a bons resultados.

É impossível uma educação exigente num sistema que não promove a exigência. Tudo o que se sabe sobre ensino mostra que objetivos pouco exigentes conduzem a menor aprendizagem: este é o problema que teremos novamente a prazo!

A SPM continuará, no âmbito da sua missão, a dedicar um papel ativo no apoio, na promoção e na defesa de um ensino de Matemática que se deseja de qualidade em Portugal.

Não estamos sós! A Sociedade Portuguesa de Estatística, no seu parecer⁴ crítico do dia 2 de fevereiro, também recomenda o que temos vindo a mencionar:

“Dadas as circunstâncias referidas (...), sugerimos ao Ministério da Educação que por um lado reavalie urgentemente a sua posição em relação ao documento homologado e por outro que de futuro consulte as Sociedades Científicas das áreas dos programas a homologar (no caso em apreço, a SPE e a SPM).”

Parece impossível não o ter feito, mas é essa a “austera, apagada” e triste realidade.

⁴ <https://spestatistica.pt/storage/app/media/parecer.pdf>